



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

**“IDEOLOGIA DE GÊNERO”, OFENSIVA ANTIGÊNERO E AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO  
BRASIL: DE QUE OS NEOPENTECOSTAIS TÊM MEDO?**

**SUAMY RAFAELY SOARES<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar como as produções discursivas das igrejas neopentecostais acerca da “ideologia de gênero” foram incorporadas pela extrema-direita brasileira e os rebatimentos disso para o fortalecimento das políticas antigênero. Realizamos uma pesquisa documental a partir do material analítico/opinativo produzido pelas igrejas neopentecostais no período de 2016 a 2020.

**Palavras-chave:** Ideologia de gênero. Políticas antigênero. Neopentecostalismo. Democracia.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze how the discursive productions of neo-Pentecostal churches regarding “gender ideology” were incorporated by the Brazilian extreme right and the consequences of this for the strengthening of anti-gender policies. We carried out documentary research based on analytical/opinionated material produced by neo-Pentecostal churches in the period from 2016 to 2020.

**Keywords:** Gender ideology. Anti-gender policies. Neo-Pentecostalism. Democracy.

**Notas introdutórias: “O nosso governo defende a família e nós somos contra a ideologia de gênero”<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Discurso de Bolsonaro a público evangélico no pleito eleitoral de 2022. Na ocasião se colocava contra o aborto, a ideologia de gênero, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Essa frase é uma síntese da pauta moral que dominou os debates eleitorais na eleição presidencial.

A partir dos anos 1980 aconteceram importantes processos de redemocratização na América Latina que foram acompanhados de conquistas políticas e efetivação de direitos sociais para grupos historicamente vulnerabilizados, tais como mulheres e comunidade LGBTQIAPN+.

De certo, as políticas de igualdade de gênero e diversidade ganharam destaque nos estados democráticos, na produção acadêmica e na agenda pública, mas também operacionalizaram uma forte reação conservadora em torno do que grupos – religiosos e laicos – denominam de “ideologia de gênero”. Aqui, legislações e políticas de gênero passam a ser entendidas pelos grupos conservadores como ameaças à sociedade, engendrando, ao mesmo tempo, um pânico moral e um campo discursivo de ação que teve protagonismo dos setores católicos e evangélicos neopentecostais com rebatimentos na política partidária e na erosão das democracias.

O ativismo político dos neopentecostais teve intuito de incidir na agenda política do Estado intervindo nas políticas públicas, no ordenamento jurídico, na laicidade do estado e na regulação da vida privada e dos corpos dos sujeitos. Nessa égide, a defesa dos valores cristãos conservadores, da família e da pátria se consolidou como argamassa para a extrema direita no mundo todo e tendo como ponto fulcral a constituição de políticas antigênero.

O presente artigo é resultado de pesquisa de iniciação científica e objetiva analisar como as produções discursivas das igrejas neopentecostais acerca da “ideologia de gênero” foram incorporadas pela extrema-direita brasileira e os rebatimentos disso para o fortalecimento das políticas antigênero. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho documental a partir do material informativo, teológico e analítico/opinativo produzido pelas três principais igrejas neopentecostais do Brasil - Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça e Igreja do Poder Mundial - no período de 2016 a 2020 que se caracteriza como um momento de polarização político-partidária e suposta crise das instituições democráticas.

## **O discurso neopentecostal sobre a “Ideologia de gênero” e sua incorporação pela extrema direita brasileira**

Na particularidade brasileira é preciso destacar que desde o golpe patriarcal-jurídico-midiático de 2016, com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, convivemos com um crescente desmonte e sucateamento das políticas públicas, bem como com o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, que se ampliaram no governo Bolsonaro no contexto da pandemia do Covid19. Tal momento coaduna com a agudização das crises econômicas em escala global e o fortalecimento das políticas

neoliberais como respostas para recomposição do ciclo acumulativo do capital. Aqui, teremos, também, o avanço do conservadorismo, a tendência de radicalização fundamentalista entre as diferentes religiões e a guinada de projetos políticos de extrema direita.

A crise econômica, social e política que assolou o país teve profundos impactos nas condições objetivas de vida da classe trabalhadora e também na sua subjetividade, produzindo um conjunto de sofrimentos psíquicos e a busca por instituições tradicionais para responder as mudanças sociais, entre elas as denominações religiosas. De acordo com o Datafolha (2022) os evangélicos representam cerca de 26% da população, mudando a composição do mercado religioso brasileiro e incidindo decisivamente na esfera pública, especialmente a partir do voto evangélico. Para Rosas (2023, p.66) “Dirimindo qualquer dúvida que pudesse haver, as eleições de 2022 no Brasil consolidaram, em absoluto, a centralidade da religião para a vida pública, seja a religião por meio dos valores e das crenças que produz, seja por meio dos temas de interesse que encampa”.

Neste interim, observamos também um recrudescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso - católico e evangélico, aliado a uma onda ultraneoliberal de partidos de direita, que atuam na defesa de um modelo patriarcal, cisgênero e heteronormativo de família, na tentativa de retirada do princípio de laicidade do Estado e no ataque constante a direitos historicamente conquistados por segmentos vulneráveis, em especial mulheres, negros e LGBTQIAPN+.

De acordo com Dunker (2021, p.03) a expansão do movimento neopentecostal é compatível com as formas ideológicas do neoliberalismo e suas crises civilizatórias. Uma religiosidade que acomoda os sujeitos e se “dá nas frestas abertas entre o estado e o capital, que reúne uma classe composta por indivíduos brutalmente explorados e ignorados socialmente”. De modo que se materializa para os sujeitos como uma religiosidade de resultados concretos via prosperidade econômica e de acalanto individual através do acesso ao poder divino que a sociedade lhes recusou. Dessa maneira, a religiosidade neopentecostal emerge “como fator civilizatório, capaz de prover ordem e disciplina, bem como fixar uma narrativa de referência bíblica como ponto crucial de um processo educativo” (DUNKER, 2021, p.17).

Corroboramos com Dunker (2021) quando aponta que a religiosidade neopentecostal institui um poder pastoral na vida cotidiana dos sujeitos, a partir de uma fé permanentemente disponível, seja de forma presencial nos templos abertos 24 horas, ou através dos aparelhos midiáticos de TV, rádio e mídias sociais. O fato é que esse espaço recebe demandas, são dispositivos de acolhimento dos sofrimentos e vulnerabilidades sociais, cria laços de pertencimento e identidade, oferece um pacote de serviços socioassistenciais, de lazer e de fé.

Os neopentecostais dizem insistentemente: “parem de sofrer” e isso se dará pela inserção exasperada ao capitalismo. Por isso, Dunker sintetiza: o neopentecostalismo [...] como sintoma no neoliberalismo à brasileira é uma resposta de sobrevivência e reconstrução de laços sociais na periferia, bem como uma narrativa teológica de justificação de exclusão social e um programa de reinserção social. (DUNKER, 2021, p.03).

Assim, o alargamento das disparidades sociais é uma condição *sine qua non* para a expansão dos fundamentalismos religiosos que no caso neopentecostal se espraia a partir de estratégias principais que se retroalimentam: prosperidade econômica, inserção político-partidária e produção de aparatos midiáticos. Tais estratégias são centrais para ampliação do poder das Igrejas na guerra espiritual de conversão da sociedade brasileira.

Convém mencionarmos que a expansão dos neopentecostais no Brasil foi acompanhada de sua entrada na arena pública no intuito de disputar o Estado e todas as esferas da vida social, abarcando o templo, a mídia, a sexualidade, a política e as ruas. Para Dunker (2022, p.121) há uma “[...] incorporação de um modelo neoliberal da fé: com foco nos resultados, autoadministração dos processos, valorização das métricas de sucesso e, principalmente, financeirização da produção”, que ele sintetiza a partir das seguintes características: “1) valorização do empreendedorismo; 2) sentimento de que a vitória depende do esforço pessoal; 3) valorização da moralidade da família reduzida; 4) redução da porosidade da identidade religiosa e assimilação de práticas de outras religiões, como o judaísmo; 5) metáforas da guerra entre o bem e o mal”.

Acrescentamos a isso o fato que as neopentecostais ocuparam territórios periféricos por todo o Brasil e constituíram práticas de gestão da pobreza e do sofrimento psíquico, ocupando os espaços em que o Estado não chegou ou o fez de forma insuficiente em um momento de crise econômica, descrédito na política institucional e nos sistemas partidários tradicionais. Isso explica, inclusive, o número de 61% de mulheres e 61% de negros na composição das neopentecostais (Teixeira, 2018; Araújo, 2023).

De outra parte, o avanço do fundamentalismo religioso e laico se deu a partir da reivindicação de velhos símbolos conservadores, a saber: a defesa da família, da pátria, da propriedade e de Deus, a partir da criação constante de inimigos a serem combatidos, sejam eles o comunismo, as feministas, a ONU ou os movimentos LGBTQIAPN+. Isso ganha força e concretude com o aparecimento de jair bolsonaro como força política e líder da extrema direita no contexto das manifestações contra o governo de Dilma e sua eleição que, em certa medida, o dimensionará como a figura que é capaz de barrar a degeneração da sociedade brasileira e defender a família cristã.

Para Dunker (2022, p. 119) “A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, em novembro de 2018, caracterizou-se pela mobilização inédita de duas novas forças políticas: o ativismo digital nacional-armamentista e a militância evangélica neopentecostal”. Para nós, o bolsonaro é uma figura folclórica que teve a capacidade de conectar sua visão de mundo reacionária, punitivista e antirreformista ao senso comum conservador, mobilizando, concomitantemente, o misticismo religioso, os discursos armamentistas e pró-ditadura militar, o engajamento de sua esposa Michele Bolsonaro como evangélica e a atuação política de seus filhos. Assim, sua narrativa é de uma família articulada na luta contra os demônios da sociedade, capaz de efetivar políticas econômicas de cunho neoliberal, “fuzilar a petralhada”, como aludiu em discurso no Acre em 2018, ou ainda impedir que a “ideologia de gênero” se alastre pelo Brasil. Uma família cristã que salvará as famílias brasileiras. Esse discurso é compatível com a defesa da família almejada pelos neopentecostais.

Por isso, na nossa compreensão, o bolsonaro se apresenta como expressão política das igrejas neopentecostais, uma figura que se coloca como não-político, uma espécie de *outsider* que mobiliza a desilusão dos eleitores com as instituições tradicionais e a democracia participativa. Além disso, constrói sua atuação política na defesa intransigente de políticas ultraneoliberais e populistas. “[...] o messias e seus apoiadores evangélicos se comportam como baluartes dos costumes, da família tradicional e da moral religiosa a mais conservadora. Para eles, inclusive, as políticas públicas devem estimular os valores cristãos” (Lyra, 2021, p.111).

Destacamos que o apelo à família, propriedade, pátria e Deus, assim como a eleição de “inimigos da sociedade” não é um elemento novo na luta de classes, Marx coloca na obra 18 Brumário que

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “Propriedade, família, religião e ordem”, instigando a cruzada contra-revolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás!”. A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião e ordem”. A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanism, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. [...] **A escória burguesa acaba por formar a falange da sagrada ordem e o herói Crapulinski entra triunfalmente nas Tulherias como “salvador da sociedade (Grifo nosso)”**. (MARX, 2011, p.37)

A família terá centralidade no discurso religioso das neopentecostais e para a atuação política da extrema direita. Ela é definida como natural, mononuclear, com papéis de gênero rígidos e tradicionais, responsável pela manutenção das tradições morais cristãs, e conta com protagonismo da mulher na





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

administração do próprio corpo, na gestão de sua família e como agente da prosperidade. A categoria família será acionada como “unidade eclesiástica e política” foco da gestão e intervenção do estado (Teixeira, 2018), como “[...] requisito essencial quando as provisões públicas são eliminadas ou privatizadas” (BIROLI, 2020, p.151), célula central da sociedade que precisa ser defendida e disciplinada (PAULO II, 1995).

Nessa configuração, homens e mulheres têm papéis complementares e o problema da exploração do trabalho fica suspenso – como esfera privada afetiva, ela não seria atravessada por relações de poder. A moralidade sexual conservadora [...] é, assim acompanhada como requisito da ‘funcionalidade’. Em um contexto de desregulamentação e privatização, a máxima ‘cada um cuida de si’ amplia a responsabilidade das famílias como unidades privadas. Formas inevitáveis de dependência e vulnerabilidade humana não se tornam menos desafiadoras porque o orçamento público para lidar com elas foi reduzido. Desse modo, a divisão sexual do trabalho, base material das relações de gênero e prática cotidiana de atribuir às mulheres um trabalho do qual os homens são liberados, é justificada e permanece como fator de precarização da vida das mulheres. O que nos parece particularmente importante constatar é que a família é considerada o único laço social duradouro e o suporte a buscar à medida em que a política neoliberal retira apoios e restringe a ideia – e a possibilidade prática – de solidariedade (BIROLI, 2020, p. 151)

Nesse contexto, há um alargamento de políticas familistas e que atuam no campo do cuidado e da reprodução social em tempos de precarização do trabalho e responsabilização dos sujeitos por sua condição de pobreza. Na nossa perspectiva, a suposta defesa da família pelas neopentecostais – amplamente incorporada pela extrema direita brasileira, está relacionada a transferência para as mulheres de responsabilidades com a recomposição da força de trabalho em tempos de neoliberalismo, assim como com a resolutividade das expressões da pobreza na esfera familiar. Portanto, não se constitui apenas como uma questão circunscrita a moralidade religiosa.

Aqui cabe destacarmos que a defesa da família se articula a outras pautas “morais” e tem empreendido refluxos nos direitos das mulheres e comunidade LGBTQIAPN+. Ademais, movimenta a bancada fundamentalista – religiosa e laica, no sentido de barrar políticas públicas e avanços legislativos, pressionar o governo para garantir concessões, frações de orçamento ou assegurar aprovação de projetos de leis, assim como conduzir o debate público nos períodos eleitorais. Entre as principais pautas morais evidenciamos: o combate a suposta “ideologia de gênero”; a defesa do ensino domiciliar e do ensino religioso nas escolas; o Projeto Escola sem partido e a luta contra a “doutrinação marxista” nas escolas; a redução da maioria penal; a facilitação da aquisição de armas; o cerceamento da mobilidade das populações em situação de rua; a luta contra a legalização e descriminalização das drogas; a aprovação do Estatuto da Família e de projetos de leis que criminalizam a prática do aborto e/ou obstaculizam os procedimentos de aborto legal estipulados no Código penal e permissivos legais; entre outras.

Para Junqueira (2018, p. 451) “Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral, por meio de estratégias político-discursivas voltadas a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Assim, a mobilização dessas pautas morais acontece em variados espaços da sociedade, com grupos políticos, táticas, investidas e forças bastante heterogêneas.

[...] costumam integrar essas investidas morais: estruturas eclesiais, organizações e movimentos religiosos e grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas. Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, tais cruzadas envolvem, além da hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros (JUNQUEIRA, 2018, p. 451)

Essas cruzadas morais precisam de um forte aparato midiático para se expandir, incluindo o uso de disparos nas redes sociais e a propagação de *fake news*, especialmente nos grupos de *WhatsApp* e *Telegram*. Para Mattos (2020, p.197) “a ação da extrema-direita através das redes virtuais é um dos componentes essenciais do neofascismo no Brasil, como no resto do mundo”. Apesar de não ser o foco de nosso artigo, salientamos que no contexto brasileiro houve uma forte relevância das *fake news* no cenário eleitoral de 2018 e 2022, especialmente as relacionadas a “ideologia de gênero”, *kit gay*, ditadura *gayzista*, banheiro trans, entre outras que disseminavam pânico morais, acionando, também, a suposta defesa do direito à liberdade de expressão e a negativa de debater e regulamentar as redes sociais.

Situamos aqui que o conceito de “ideologia de gênero” nasce articulado a Igreja Católica como estratégia para deslegitimar os estudos de gênero e as conquistas dos movimentos feministas e de mulheres nos anos 1990. Para Junqueira (2018)

Em que pesem os diferentes contextos nos quais se inserem, tais mobilizações antigênero tendem a se basear na mesma premissa: “feministas radicais”, ativistas LGBTI, políticos de esquerda órfãos do comunismo, organismos internacionais e seus aliados estariam, de maneira sutil e insidiosa, empenhados em infundir a “ideologia de gênero”, especialmente nas escolas. Segundo os atores envolvidos nas mobilizações antigênero, esses grupos “radicais”, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, promoveriam a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender/gênero*. Seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam constituir simples escolha do indivíduo. Para o Vaticano e seus aliados, seria preciso interromper esses manipuladores, pois tal agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização. (JUNQUEIRA, 2018, p. 412)

Lacerda (2019) chama a atenção para a aparição do debate de “ideologia de gênero” no legislativo brasileiro a partir dos anos 2000 no contexto da reação ao Programa Escola sem Homofobia do Ministério da Educação e as mudanças jurídicas relativas à união civil de pessoas do mesmo sexo. O material Escola



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sem Homofobia, jocosamente intitulado de *Kit Gay* por Bolsonaro, dá impulso a uma reação anti-LGBT no legislativo e ao combate – intempestivo e apocalíptico - a suposta “ideologia de gênero”.

O kit gay foi objeto de 47 discursos no ano de 2011. Os argumentos contra o kit eram vários. Ele ensinaria a homossexualidade, a promiscuidade e a pedofilia. [...] a tentativa de uma política pública voltada a promoção do respeito a diversidade no sistema de ensino inaugura uma nova fase da reação conservadora, agora voltada propriamente contra o gênero (LACERDA, 2019, p.71).

A reação anti-LGBT provoca inúmeros recuos por parte do governo petista, o primeiro deles é a suspensão do Caderno Escola sem Homofobia, com Dilma afirmando em discurso oficial a sua adesão a moralidade religiosa: “não aceito propaganda de opções sexuais. Não podemos intervir na vida privada das pessoas”. É relevante lembrarmos que em sua campanha eleitoral de 2010, Dilma direcionou uma ‘Carta ao povo de Deus’ em que se comprometia, entre outras coisas, a defender a família e não dá espaço em seu governo para debates sobre descriminalização do aborto ou união civil de pessoas do mesmo sexo. Houve uma relação, bastante próxima e profícua, dos governos do PT com os segmentos neopentecostais e fundamentalistas.

Posteriormente, outros recuos se efetivaram, tais como a retirada do termo gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação, a ocupação de parlamentares conservadores em comissões relevantes no ativismo antigênero, em que destacamos o Pastor Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, entre outros. De recuo em recuo o discurso antigênero se expandiu e se enraizou nas mais diferentes frentes, fortalecendo a figura do Bolsonaro e tendo o espantalho da “ideologia de gênero” como sua argamassa fundamental.

Nessa égide, temos a combinação alegórica da “doutrinação comunista”, capitaneada pelo movimento Escola sem partido, com a falácia da “ideologia de gênero” construindo uma unidade eclesial que regula, vigia e tutela as questões de gênero e invade a esfera da gestão do estado.

Miskolci & Campana (2017, p. 740) situam que os debates em torno dos pânico morais de gênero ganham visibilidade a partir de três elementos em comum, a saber: “1. todos ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais”. Ainda chamam atenção para o fato de que no momento em que a ofensiva anti “ideologia de gênero” desponta no cenário político brasileiro, não havia articulações concretas dos movimentos feministas e LGBT no interior do governo Dilma no sentido de efetivar suas demandas históricas.

Ao contrário, durante o governo Dilma, houve um distanciamento do governo federal em relação aos movimentos sociais em geral e, em especial, aqueles relacionados a direitos sexuais. Assim, as fontes consultadas convergem na percepção de que o governo Dilma não representou ameaça efetiva à agenda moral dos conservadores” (MISKOLCI & CAMPANA, 2017, p.741).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Essa agenda antigênero, que nasce de matriz católica, vai ganhar a arena pública brasileira, com protagonismo neopentecostal, e impactar nas instituições democráticas, erodindo os processos eleitorais e fortalecendo os grupos de extrema-direita. A incidência de grupos neopentecostais no debate de “ideologia de gênero”, portanto, não se constitui enquanto “cortina de fumaça” ou apenas uma questão circunscrita a moralidade, mas um requisito fundamental para unificar a extrema-direita.

Dunker (2022, p.125) destaca que

[...] a teologia da prosperidade não é contra os direitos humanos, mas quer se apossar desse significativo para justificar sua própria moralidade. [...] a preocupação da teologia da prosperidade com o controle discursivo e institucional de setores como direitos humanos, políticas de família, saúde mental e psicologia é estrutural, não é acessória.

Corroboramos com Biroli (2020, p.167) que “a moralidade sexual é o eixo principal da disputa, e com ela, o conflito em torno da autoridade sobre a família, a parentalidade, a conjugalidade e a criação dos filhos. Está em jogo a influência sobre o estado, ou melhor quais atores teriam legitimidade para orientar leis e políticas”. Também está em disputa o orçamento público e a sua gestão. A questão é que as pautas antigênero dos grupos conservadores cristãos estão hoje traduzidas em políticas públicas e em ações estatais, extrapolando, portanto, a esfera do discurso de agitação política e sendo alvo da disputa pelo orçamento público. Ademais, essas políticas que vem sendo paulatinamente incorporadas pelo Estado brasileiro incidem no desmonte das políticas sociais e na negação de direitos conquistados por mulheres, LGBTQIAPN+ e negros(as).

Aqui compreendemos políticas antigênero como reações às conquistas dos movimentos feministas nos anos 2000, constituindo uma ideologia antigênero como política de governo e arma eleitoral. Segundo o Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil (2021, p.72) essa reação antigênero e antifeminista que contribuiu para eleição de Bolsonaro em 2018, “também significou a instalação de diretrizes antigênero no arcabouço de políticas públicas federais com inevitáveis rebatimentos sobre outras esferas da gestão pública e a própria dinâmica sócio-política relacionada a questões de gênero e sexualidade”.

Há uma instrumentalização política do gênero que produz pânico moral. Mas, afinal do que os neopentecostais têm medo? Reiteramos que a utilização incisiva do conceito de “ideologia de gênero” funciona como um instrumento ou dispositivo para disseminar o pânico moral e assim constituir uma reação baseada nas emoções, na produção de subjetividades reguladas pelo medo, ideia de pecado, culpa cristã, possibilidade de “inferno” e “fim do mundo”, aqui

[...] a ameaça, percebida como iminente e devastadora, exige uma resposta contundente, não ponderação ou conversa. O pânico moral, assim, “cristaliza medos e ansiedades generalizados”; neles, “a sexualidade tem uma centralidade peculiar” e “os ‘desviantes’ sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes” (MIGUEL, 2021, p.06).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A partir da nossa pesquisa, observamos que as produções discursivas dos pastores e pastoras neopentecostais acerca das políticas antigênero concentram-se, fundamentalmente, na produção de narrativas apocalípticas e pânico morais sintetizadas em editoriais, falas públicas e pregações sobre transexualidade, “sexualização/erotização das crianças”, “ditadura gay”, ataques ao feminismo, aos comunistas e a comunidade LGBT, aqui entendidos como cavaleiros do apocalipse a partir dessa cruzada de gênero. A catástrofe é acionada pelo fim do mundo, e esse fim do mundo começa com a diluição da família natural.

Além disso, difunde narrativas alarmantes - e, por vezes inverídicas, sobre a suposta inserção da “ideologia de gênero” nas escolas, que conduz crianças e adolescentes a questionarem suas identidades de gênero e sexualidade. O fragmento da matéria jornalística do Folha Universal expressa bem o que estamos apontando

O pior de tudo é que desde 2014 alguns grupos políticos de esquerda vêm tentando colocar a ideologia de gênero nas escolas, especialmente no Plano Nacional de Educação (PNE). Grande parte da sociedade que defende a família, vem se mobilizando para que o termo não conste nos planos municipais e estaduais de educação. Já há alguns professores e educadores que afirmam para crianças e adolescentes que eles não são menina nem menino. Plantando a ideologia de gênero nas escolas, orientam os alunos a escolherem uma das 70 opções de gênero criadas. [...] Para quem acha isso absurdo, saiba que o Canadá já legalizou a relação sexual entre animais e humanos. Estamos correndo o risco de a zoofilia ser considerada pansexualidade. E pior ainda, de o sexo com crianças ser também considerado como pansexualidade, ao invés de pedofilia. Veja que a ideologia de gênero é monstruosa, repugnante e deve ser combatida e banida por aqueles que dispõem de alguns bons neurônios. Não podemos aceitar a desconstrução da identidade humana, tampouco a destruição da família, ainda que seja de forma sutil e subliminar, sobretudo em sala de aula, na cabeça de crianças, jovens e adolescentes que estão em processo de formação e sofrem influências de todo tipo de ideologia. Tudo nasce na primeira infância, depois passa para a adolescência. Ganha força com as redes e mídias sociais e também com a rádio e televisão”. (FOLHA UNIVERSAL, 2020, p.17)

A produção dos evangélicos acerca da “ideologia de gênero” evoca uma linguagem apocalíptica, que está ancorada numa multiplicidade de novos modos de ocupação e vivência religiosa. Nos templos neopentecostais a adoração é marcada por intensas expressões de louvor, por meio da graça e do carisma o sujeito fala em línguas, grita, canta e dança como forma de conexão com o divino, performa milagres, cura doenças, expulsa espíritos malignos, exorciza demônios, concede bençãos materiais, mobiliza sinais aparentes de fé, materializa a prosperidade em si. O ritual neopentecostal é profundamente e, sobretudo, performático, e expressa uma relação de fé enérgica, com manifestações emocionais intensas e que contagia todos os que estão na assembleia.

Nesse tom carismático, apocalíptico e emocional se disseminam *fake news* e pânico morais que são absorvidos pelos fieis e utilizados como argumentos contra os inimigos externos, tecnologias de controle dos corpos e sexualidades, e cimento para unidade eclesial. Um exemplo disso é a afirmação de Damares Alves, pastora e ex-ministra, que crianças no Marajó (PA) foram traficadas e tiveram seus dentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

arrancados para “não morderem na hora do sexo oral”. Segundo ela “[...] essas crianças comem comida pastosa para o intestino ficar livre para a hora do sexo anal. [...] A guerra contra Bolsonaro que a imprensa, o Supremo e o Congresso levantou, acreditem, não é uma guerra política. É uma guerra espiritual”. Embora, essa informação tenha sido contestada pelos órgãos de defesa dos direitos humanos e proteção das crianças e adolescentes, vez por outra ressurgiu no debate político.

Um elemento importante na produção discursiva das igrejas neopentecostais é que a constante reprodução de *fake News*, agrega, entre outras coisas, teorias conspiratórias que envolvem agências de cooperação internacionais, como ONU e OMS, fragmentos bíblicos e dados científicos de forma descontextualizada. Além disso, elege inimigos públicos para os evangélicos combaterem na guerra espiritual contra o demônio. A criação de inimigos exerce papel importante para o crescimento e até internacionalização das igrejas neopentecostais, são sempre externos e precisam da atuação dos fiéis para serem combatidos em todas as esferas da sociedade. Inicialmente seus inimigos eram a Igreja Católica, o comunismo e o petismo; a esses inimigos históricos foram incorporados os movimentos LGBTQIAP+ e feministas e a “ideologia de gênero”.

A Folha Universal publicou uma matéria jornalística com o título “ONU criaria lista de inimigos dos LGBTs?”, que sugere a possibilidade dos evangélicos serem incorporados na lista e identificados como inimigos das populações LGBT, produzindo uma narrativa de perseguição aos evangélicos e demonização da ONU. O fato é que a lista partiu de um pesquisador europeu e há total consciência do editorial da Folha sobre isso, como podemos visualizar no fragmento da matéria abaixo transcrito:

**Oficialmente, não há nenhum plano de elaboração de uma lista de inimigos da comunidade LGBT (Grifo nosso).** O objetivo descrito é documentar como as narrativas de proteção à família e às tradições “estão sendo usadas para alimentar a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero e seu impacto específico sobre os direitos sexuais e reprodutivos”, afirma a pesquisa. Embora elaborar a lista de inimigos não seja o objetivo declarado da ONU, recentemente a entidade deu voz a Madrigal-Borloz para que ele questionasse a atitude de nações soberanas em relação às chamadas “terapias de reversão sexual”. No Brasil, a prática é proibida, mas nos Estados Unidos e na União Europeia qualquer religião é livre para atuar nesse sentido. (FOLHA UNIVERSAL, 2021, p.13)

De certo, a criação de inimigos também sugere a existência de um tipo de preconceito, discriminação e até perseguição aos cristãos ao redor do mundo, que eles denominam de “Cristofobia” e articula ao fato dos evangélicos defenderem a família e combaterem a “ideologia de gênero”. Nesse sentido, está em curso uma “ameaça” à liberdade religiosa que deve ser enfrentada através do fortalecimento dos “soldados de Cristo” ou “exército de Cristo”, dispostos a contra-atacar e a defender os valores conservadores cristãos. Cabe mencionar o aspecto militarista desse fenômeno e o recurso a violência como resposta aos supostos inimigos, que inclusive adere a pauta armamentista bolsonarista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Tais discursos visam mobilizar a sociedade para combater as supostas ameaças a família, a pátria e a moral, influenciando o debate político, acadêmico, jurídico e educacional. Funciona como uma argamassa que une diferentes segmentos conservadores da sociedade brasileira – leigos e religiosos. Por isso, Miskolci e Campana (2017, p.727) conclui que

o campo discursivo de ação contra a temida “ideologia de gênero” tende a ser reconhecido como politicamente de direita, mas também atrai e agrega um público que – em meio à crise econômica recente e às denúncias de corrupção em diversos países latino-americanos – passa a se afirmar apartidário e/ou insatisfeito com a política institucional.

Por outro lado, essas estratégias buscam justificar um patrulhamento ideológico nas políticas públicas, bem como um disciplinamento moral das vidas individuais, dos corpos e das vivências sexuais. A pauta moral sustenta as campanhas políticas e fortalece as políticas antigênero no âmbito do Estado, com destaque para o interesse das neopentecostais na política de educação, mas também nas eleições dos conselhos tutelares.

### **Considerações finais**

A análise aqui empreendida considera que a produção discursiva antigênero das igrejas neopentecostais e sua incorporação pela extrema direita, atua como um contundente instrumento para a erosão da democracia no Brasil, embora processos de desdemocratização sejam uma tendência internacional. Na compreensão de Biroli (2020, p.137) “[...] as reações contra o gênero são uma característica comum dos processos de erosão das democracias

As campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção à minorias, direito à livre expressão e à oposição. [...] elas têm servido para legitimar alternativas e lideranças autoritárias em tempos de antipolítica. O fenômeno que tratamos não diz respeito apenas ao gênero e à sexualidade como questões “específicas”. Pelo contrário, assim como nos tempos em que a politização progressista de gênero esteve entrelaçada à construção democrática – com todas as tensões aqui mencionadas – também agora trata-se de entrelaçamentos com os limites da democracia e da cidadania. O momento é outro: estão em risco os fundamentos da agenda da igualdade de gênero, em conjunto com fundamentos da democracia e do Estado de direito. (BIROLI, 2020, p.137)

Esse processo de desdemocratização está intimamente relacionado a erosão do público, ao questionamento acerca da legitimidade dos processos de decisão política e as instituições democráticas tradicionais, bem como a reconfiguração das formas de participação política e produção de resistências.

A reação antigênero e antifeminista dos grupos conservadores no Brasil e no mundo, impactaram na efetivação de políticas públicas para mulheres e segmento LGBTQIAPN+, especialmente relacionados à diversidade e aos direitos sexuais e reprodutivos. É como se os movimentos feministas enquanto sujeitos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

coletivos precisassem ser neutralizados e ter seus ganhos políticos descaracterizados. Estamos falando de destituir as mulheres de espaços de poder e sacralizar os papéis tradicionais de gênero.

Se o feminismo é o inimigo político das neopentecostais, ele precisa ser combatido e isso pressupõe a constituição de uma mulher que ocupe o espaço público, mas mantenha-se no privado, no sentido de complementariedade aos homens e de exaltação dos valores tradicionais cristãos. Uma mulher que se responsabiliza pela gestão da família, da pobreza e dos sofrimentos psíquicos gestados no neoliberalismo.

Nesse contexto, o espantinho da “ideologia de gênero” cada vez mais ganha terreno em escala global e produz tensionamentos para as democracias, de forma que mapear sua emergência e expansão, principais atores, incidência política e nos estados, assim como apreender como o atual estágio da disputa discursiva em torno dessa expressão é de grande relevância para o entendimento sobre o Brasil contemporâneo, o fortalecimento da democracia, a efetivação de políticas de igualdade de gênero e a redução de desigualdades. É um campo de investigação científica ainda muito incipiente e coloca muitos desafios para as feministas, inclusive o de não estereotipar os evangélicos e suas múltiplas vivências religiosas.

Por que alguém teria medo do gênero é uma pergunta essencial para a contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Victor. Nota Técnica - Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). São Paulo, Centros de Estudos da Metrópole, 2023.
- BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores C; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.
- CARRANZA, Brenda, ROSADO-NUNES, Maria José; BANDEIRA, Olivia (org.). Catolicismos, direitas cristãs e “ideologia de gênero” na América Latina. São Paulo: GREPO, 2022.
- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR – BRASIL. Pesquisa de opinião pública: religião, política e sexualidade no Brasil. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir Brasil/Ipus Peru, 2022.
- DUNKER, Christian I.L.; GONSALVES, Rodrigo; ESTEVÃO, Ivan. Neopentecostalismo como gramática neoliberal de sofrimento. Lavra Palavra, 2021.
- DUNKER, Christian I.L. Lacan e a Democracia: clínica e crítica em tempos sombrios. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2022
- INTERVOZES. Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação. São Paulo: Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

LYRA, Rubens Pinto. *Bolsonarismo: ideologia, psicologia, política e temas afins*. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 3aed, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaro. *Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da ideologia de gênero no discurso da extrema-direita brasileira. *Cadernos Pagu (UNICAMP)*. V.62, p.1-14, 2021.

Miguel, Luis Felipe (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, 7(15), pp. 590-621.

<https://doi.org/10.12957/dep.2016.2516>

MISKOLCI, Richard, CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2011*

PAULO II, João. *Carta do Papa João Paulo II às mulheres*. Vaticano: Santa Sé, 1995

Prado, Marco Aurélio & Corrêa, Sônia. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*. 18(43), 444-448.

ROSAS, Nina. "NOTAS SOBRE EVANGÉLICOS, POLÍTICA E GÊNERO A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE 2022." *Debates do NER*, 2023

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2018